


Jeter GOMES¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7971-7028>

PAULO FREIRE E A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT

PAULO FREIRE AND THE NATIONAL POLICY OF THE CUT DEPLOYMENT

RESUMO

O objetivo, neste artigo, consiste em apresentar os pilares histórico-ideológicos que embasaram teoricamente as diretrizes político - pedagógicas da Política Nacional de Formação da Central Única do Trabalhador (PNF-CUT), assim como, mostrar a relevância da influência da concepção político-pedagógica de Paulo Freire na sua constituição. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho, trata-se da concepção exploratória, pois, evidencia-se o propósito de compreender os fenômenos acerca das hipóteses já levantadas em torno do problema em que se insere esse trabalho, ou seja, desvendar os processos de construção da metodologia pedagógica da PNF-CUT. Para isso foi realizada a leitura cuidadosa de parte significativa da obra de Paulo Freire. Assim, ao vislumbrar o arcabouço histórico-político-metodológico que constituiu a PNF-CUT foi possível delinear os traços marcantes da influência político-pedagógica de Paulo Freire, como também a influência do pensamento freiriano no processo de construção da CUT.

Recebido em: 16 de maio de 2018
Aprovado em: 11 de julho de 2019

Palavras-chaves: Política Nacional de Formação da CUT. Paulo Freire. Concepções metodológicas.

ABSTRACT

This paper aims to present the historical ideological bases that theoretically substantiated the political pedagogical guidelines of Central Única do Trabalhador (PNF-CUT) Deployment National Policy, as well as to show the relevance of the influence of Paulo Freire's political pedagogical conception. The research method used in this paper was the exploratory conception, thus it highlights the purpose of understanding the phenomena on hypothesis previously raised about the problems regarding to work, that is to say, unveiling the historical pedagogical construction process of PNF-CUT. To this end, a careful reading of a significant part of Paulo Freire's books was carried out. So, foreseeing methodological political historical framework which PNF-CUT constituted, it was possible to outline salient features on Paulo Freire's political pedagogical influence, and so the Freiriano thoughts influence on CUT deployment process.

Keywords: National Policy of CUT deployment. Paulo Freire. Methodological aspects.

¹ Graduado em Engenharia Mecânica (UFU), especializado em Economia do Trabalho e Sindicalismo (Unicamp) e mestre em Educação (PUC-SP). É poeta bissexto e consultor para assuntos de Projetos Sociais, Formação Sindical, Participação Social, Economia Solidária / Cooperativismo e Movimentos Sociais, jetergomes@uol.com.br



1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado “Paulo Freire e a Política Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT): identidades político-pedagógicas”, defendida em 2001, no Departamento de Educação: Currículo, da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ela é fruto de duas vertentes: minha experiência de nove anos trabalhando como assessor coordenador da Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (SNF-CUT), onde colaborei na formulação, estruturação e consolidação da Política Nacional de Formação da CUT (PNF-CUT) e da minha paixão e identificação com a obra de Paulo Freire.

Sempre se afirmou, no âmbito da PNF-CUT, que a obra do professor Paulo Freire havia influenciado de forma significativa na concepção político-pedagógica daquela importante Política da central sindical. No entanto, até o momento em que cursei o mestrado, ninguém havia sistematizado quais seriam os principais elementos de identidade entre a PNF-CUT e a obra do Patrono da Educação Brasileira. O objetivo principal do meu trabalho foi identificar esses aspectos político-pedagógicos que dão unidade a ambos.

Em minha pesquisa, constatei que as ideias do Pedagogo da Indignação haviam deixado marcas indeléveis na PNF-CUT, desde a sua criação enquanto política acertivamente planejada, até o seu momento de maturidade e consolidação, passando pelas suas indagações, questionamentos, dúvidas, tensionamentos e busca de caminhos. Ele próprio participou de várias atividades formativas nos espaços educativos da CUT, fazendo palestras, debates, seminários, consultorias, reuniões e conversas informais.

O artigo que segue tenta mostrar muitos desses pontos de influência e confluência, dos quais eu sistematizei algumas ideias-força. Mas essas ideias, não serão enfatizadas nesse momento.

Desse modo, tem-se como objetivo, nesse artigo, apresentar os pilares histórico-ideológicos que embasaram teoricamente as diretrizes político-pedagógicas da PNF-CUT, assim como, mostrar a relevância da influência da concepção político-pedagógica de Paulo Freire na sua constituição.

A metodologia de pesquisa utilizada para a minha dissertação, e que se vê refletida na elaboração desse artigo, trata-se da concepção exploratória, pois, evidencia-se o propósito de compreender os fenômenos acerca das hipóteses já levantadas em torno do problema em que

se insere esse trabalho, ou seja, desvendar os processos de construção da metodologia pedagógica da PNF-CUT. Para isso foi realizada a leitura cuidadosa de parte significativa da obra do Pedagogo da Esperança, com o qual tive o prazer de conviver, em algumas situações muito especiais e marcantes para mim; e das publicações da CUT, sobretudo aquelas relativas à PNF (revistas, textos para debate, relatórios de atividades, planos anuais de trabalho, textos de apoio pedagógico, balanços anuais, entre outras), desde a sua fundação até o ano 2.000, com pequenas atualizações para os dias de hoje. Assim, ao vislumbrar o arcabouço histórico-político-metodológico que constituiu a PNF-CUT foi possível delinear os traços marcantes da influência político-pedagógica de Paulo Freire.

2 CONHECENDO A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT (PNF-CUT)

2.1 O sindicalismo brasileiro e a educação dos trabalhadores

Desde o início do século 20, passando pelas mais distintas concepções sindicais, o movimento sindical brasileiro sempre teve os olhos voltados para a educação do trabalhador. Segundo Sílvia Manfredi (1996), “a partir de 1906 / 1920 predominavam no movimento sindical brasileiro propostas educativas dos grupos libertários”, principalmente os anarcosindicalistas, cujo projeto de educação, segundo a autora, “combinava a educação para a ação sindical [...] com a educação destinada às crianças [...] e aos adultos [...] num projeto global, classista, autônomo e independente do Estado”. Com diferentes enfoques e nuances a educação do trabalhador também esteve presente no sindicalismo através de outras concepções: dos comunistas que atuaram desde os anos 1920 e hegemonizaram o sindicalismo no período de 1958 a 1964; do Getulismo que, por meio da sua estrutura sindical corporativa, se utilizou da educação como poderoso instrumento de propaganda e sedução para o seu ideário; e também da Igreja Católica, que historicamente sempre esteve presente no movimento sindical através de várias de suas instituições, umas mais conservadoras, outras mais progressistas, porém sempre tendo na educação do trabalhador uma das prioridades na sua inserção sindical.

Com o golpe militar de 1964, são desmanteladas quase todas as iniciativas de educação sindical em curso no país. No entanto, na segunda metade da década de 70, no processo de resistência à ditadura, são geradas várias experiências de educação popular, sobretudo nos bairros periféricos das grandes cidades, realizadas por entidades de apoio ao movimento

popular (muitas das quais viriam a ser as ONG's de hoje) e de formação sindical na cidade e no campo, levadas a cabo pelas oposições sindicais, que se aglutinariam no chamado “Novo Sindicalismo”² e mais tarde criariam a Central Única dos Trabalhadores.

À medida que essas oposições passaram a ocupar a direção dos sindicatos, por meio de vitórias em processos eleitorais, iniciaram um trabalho, no interior dos mesmos, de implantação de atividades formativas. Essas experiências são de grande número na primeira metade dos anos 1980³. No entanto, são dispersas, fragmentadas, com pouco contato entre si, para intercâmbio e construção de identidades e estruturas mais sólidas.

2.2 A grande ousadia: a criação da CUT

Vocês aqui são a verdadeira expressão deste avanço dos trabalhadores. E são vocês que vão marcar a história da classe trabalhadora do Brasil, porque são aqueles que avançam e que assumem a história, não aqueles que ficam parados ou que retrocedem na história. Avancem que vai dar certo: os que avançam é que arrebatam a história para si. E vocês são a expressão dessa caminhada.

(Dom Cláudio Hummes, à época bispo da Diocese de Santo André – SP, discursando no congresso de fundação da CUT – I Conclat).

Fundada em 1983, a Central Única dos Trabalhadores – CUT – é a maior, “mais importante e dinâmica das centrais sindicais atualmente existentes no Brasil” e “[...] em múltiplos aspectos, apresenta características singulares e inovadoras no movimento sindical brasileiro” (RODRIGUES, 1990)⁴. Ela possui hoje cerca de 3.400 sindicatos filiados, que

² Este termo foi cunhado para designar uma corrente de pensamento no interior do movimento sindical, que se opunha ao sindicalismo “pelego” e corporativo, herdado da ditadura de Getúlio Vargas, consignado na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e que teve inspiração na “Carta del Lavoro”, de Mussolini. Esta corrente defendia, entre outras, as idéias de um sindicalismo classista e independente dos patrões, das religiões, dos partidos políticos e do Estado; um sindicalismo que apostava no confronto para a negociação com os patrões e o governo; de liberdade de atuação na representação dos trabalhadores, inclusive no interior dos locais de trabalho; um sindicalismo de massas, de lutas e construído pela base dos trabalhadores; o fim da estrutura e do imposto sindical vigentes; a redemocratização do país e a distribuição da renda e das terras de forma mais justa.

³ As mais significativas ocorreram nas seguintes entidades: Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), Metalúrgicos de João Monlevade (MG), Bancários de São Paulo (SP), Telefônicos (MG), Trabalhadores Rurais de Santarém (PA), Químicos de São Paulo e do ABC paulista (SP), Sapateiros de Franca (SP), Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (MG), Trabalhadores Rurais de Pernambuco (PE), Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul (RS) e na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Contag. Nas oposições sindicais destacou-se, entre outras, o trabalho da Oposição Sindical Metalúrgica da Cidade de São Paulo.

⁴ Dentre essas características pode-se citar: a construção de um sindicalismo classista, edificado a partir da “base” dos trabalhadores e não pela cúpula dirigente; a luta pelo fim do imposto sindical; a combinação de uma estrutura

representam em torno de 22 milhões de trabalhadores, dos quais 7,5 milhões são sindicalizados. Tem uma forte penetração no setor de serviços, como telecomunicações, bancários, professores e funcionalismo público em geral, mas também é bastante representativa no setor industrial, como nos setores metalúrgicos, químicos, petroquímicos e petroleiros. E espalha-se, ainda, com bastante força no setor rural.

Em seus 35 anos de vida, é a mais duradoura experiência intersindical da história do país⁵ e tem participado, como nos diz Iram Jácome Rodrigues “dos principais acontecimentos políticos do cenário nacional”, tornando-se, segundo este autor, “[...]sem dúvida, a central sindical mais importante do país. Participando dos principais acontecimentos políticos no cenário nacional, a CUT se tornou, nesses anos, uma interlocutora fundamental de amplos setores das classes trabalhadoras, tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera política”[...] podendo “ser considerada a própria expressão da luta por direitos de cidadania para amplas camadas das classes trabalhadoras”. Na mesma obra, Jácome assinala que a CUT “[...] é uma organização representativa de vários milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Ator político por excelência, expressão sindical de vasta parcela da população brasileira bem como pela capacidade de agregação, este sindicalismo possui muitos laços sociais que são fundamentais no tocante à estratégia trabalhista”.

Em suma, a CUT teve, e ainda tem, um papel fundamental no processo de redemocratização do país⁶.

O processo de construção da CUT sempre esteve perpassado por ações de educação popular, por práticas pedagógicas que buscavam dar aos trabalhadores, a partir de sua realidade

horizontal (de classe) com uma vertical (de categorias); a defesa de um Sistema Democrático de Relações do Trabalho, com a implantação do Contrato Coletivo de Trabalho e o fim da Justiça do Trabalho; a luta pela Liberdade e Autonomia Sindical; a proposta de Unidade Sindical, na luta, em vez da Unicidade, que é a exclusividade de representação de um sindicato numa determinada base territorial; a busca da Organização no Local de Trabalho; e a ação de confronto com os patrões e os governos como forma de avançar na conquista de direitos e melhorias nas condições de vida e trabalho.

⁵ Para aprofundamento sobre o tema, ver, entre outros, Movimento Operário Brasileiro 1900-1979, Éder Sader e outros, pelo Coletivo Edgar Leuenroth, Editora Vega, Belo Horizonte, 1980 e *Encontros da Classe Trabalhadora: de 1906 até a Conclat -1981*, Pedro de Andrade, Editora Quilombo, São Paulo, 1981.

⁶ A CUT teve importante participação nas seguintes campanhas e lutas: pelo não pagamento da Dívida Externa do Brasil; pela Reforma Agrária; contra os pacotes econômicos dos governos Sarney e Collor; pelo fim do trabalho infantil; pelo impeachment do ex-presidente Collor; pela Ética na Política; contra o trabalho escravo; pelas Eleições Diretas Já, para presidente da República; pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte; pela garantia dos direitos dos trabalhadores na Constituinte; pela não privatização das empresas estatais; pelo ensino público e gratuito para todos; pela devolução dos índices expurgados do FGTS nos planos Verão e Collor 1, entre outras.

concreta, uma consciência crítica do mundo e das relações sociais nele estabelecidas. E hoje, a Central tem na Política Nacional de Formação – PNF, uma de suas mais bem estruturadas políticas em todo o território nacional.

Tanto no momento que antecede a sua fundação, quanto na implantação e consolidação da PNF, a concepção pedagógica de Paulo Freire teve grande influência no trabalho de formação sindical e política das lideranças da CUT.

2.3 A CUT e a formação dos trabalhadores

Em razão de toda a sua trajetória de criação, a CUT desde o início da sua existência teve uma preocupação com as questões relacionadas com a educação dos trabalhadores. Já no congresso de sua fundação (1983), essa preocupação está manifesta no estatuto ali aprovado, quando no seu Artigo 31, sobre as Secretarias Nacionais e Instituto Nacional de Formação, afirma: “A Direção Nacional organizará um Instituto Nacional de Formação encarregado de promover a nível nacional a formação sindical, profissional e política dos filiados à CUT.”

Era dado, assim, o primeiro passo para a construção de uma Política Nacional de Formação da CUT. Em 1984, no I Congresso Nacional da Central – I CONCUR – é criada a Secretaria Nacional de Formação – SNF, que passaria a realizar seminários e encontros de formação com o intuito de contribuir para a consolidação da entidade sindical recém-criada. No início de 1987, a Executiva Nacional da CUT define o seu “Plano Geral de Ação” para aquele ano, que era composto por cinco prioridades: campanha nacional de lutas, Assembleia Nacional Constituinte, implantação da estrutura sindical cutista, organização sindical e **formação sindical** [grifo nosso]. Naquele ano, começou a se estruturar a Política Nacional de Formação - PNF, como uma política estratégica, planejada e permanente.

2.4 A Política Nacional de Formação da CUT

Hoje, a Política Nacional de Formação é uma das mais estruturadas das políticas da CUT e tornou-se uma referência não só no Brasil como em outros países, no meio sindical. Em razão disso, a CUT foi convidada várias vezes a fazer exposições, palestras, seminários, assessorias e consultorias, sobre sua Política de Formação, em países da Europa, África, e América do Sul, além dos EUA, entre outros. Esta é uma conclusão decorrente não somente de avaliações

políticas que são feitas no interior da própria CUT e do sindicalismo brasileiro e internacional, mas também de um trabalho de dois anos de pesquisa, denominado “Avaliação Externa da Política de Formação da CUT”, que foi realizado por um grupo de quatro pesquisadores brasileiros, acrescido de um pesquisador holandês. Este trabalho de avaliação externa, encomendado pela CUT e seus principais parceiros internacionais, foi um rico e profundo processo de avaliação da PNF-CUT de maneira externa e autônoma e resultou num livro com o mesmo nome do projeto (CUT, 1997).

Naquele trabalho, os avaliadores afirmam que “É notável a constante atenção dedicada pela PNF às questões metodológicas⁷, seja em relação ao processo de ensino e aprendizagem, seja no tocante ao projeto cutista de sociedade”.

A PNF é uma política que tem vários elementos definidos, consolidados, mas em permanente processo de reavaliação, como: papel e objetivos, princípios, prioridades (temáticas e de público alvo), instâncias de decisão e gestão, e rede de formação.

Quanto ao seu **papel**, definiu-se que “cabe a ela [PNF] criar os canais e os instrumentos para a reflexão e sistematização da prática da CUT, para a investigação e a análise da realidade social na qual nos inserimos, para o debate, a crítica e a busca de propostas para avançarmos com firmeza e qualidade na direção dos nossos objetivos”⁸

A PNF possui um conjunto de **princípios**, aprovados em suas instâncias, que abarca desde questões ideológicas, político-pedagógicas, até outras mais de caráter organizativo, de forma de funcionamento da Rede Nacional, passando pela maneira de se relacionar com as outras políticas e instâncias da CUT e outros atores sociais.

Esses princípios evoluíram com o tempo e hoje eles definem que a Formação cutista de ser: 1) Uma formação classista e de massas; 2) Democrática, pluralista e unitária; 3) Unificada e descentralizada; 4) Preocupada com a integralidade do ser humano; 5) Instrumento de reflexão crítica e de libertação; 6) Contra todas as discriminações; 7) Portadora das dimensões: ideológica, política e técnica; e 8) Indelegável.

As **prioridades temáticas** foram sofrendo uma evolução na forma de se organizarem. Inicialmente (1987) eram agrupadas apenas na forma de “atividades”. No ano seguinte passaram a se articular em torno de “eixos prioritários”, e a partir de 1990 se constituíram em

⁷ É importante assinalar aqui que a PNF-CUT utiliza o conceito "metodologia" ou "concepção metodológica" para expressar um significado semelhante ao conceito de pedagogia ou concepção pedagógica.

⁸ Texto Identidade da PNF, publicado na revista Forma e Conteúdo n° 6, páginas 28 e 29, SNF, 1994.

“programas”. Houve uma reestruturação da PNF em 1995, daí em diante ocorreu uma série de mudanças e hoje os programas são os seguintes: Concepção, Estrutura e Prática Sindical da CUT - CEPS; Organização e Representação Sindical de Base - ORSB; Negociação e Contratação Coletiva - NCC; Gestão Sindical Cutista - GSC; Desenvolvimento de Políticas Públicas e Ação Regional - DPPAR; e Formação de Formadores - FF.

Quanto ao **público alvo**, a PNF definiu como prioritário, num primeiro momento, trabalhar com dirigentes e ativistas sindicais, com o intuito de qualificar a sua ação sindical e também na formação de formadores, que pudessem ser multiplicadores de seu arcabouço de concepção e prática sindicais.

A **Rede Nacional de Formação** é formada pela Secretaria Nacional de Formação, pelas 27 Secretarias Estaduais de Formação (SEF), pelas secretarias ou departamentos de formação dos sindicatos, pelas secretarias de formação da estrutura sindical vertical⁹ (federações e confederações) da CUT e pelas seis escolas orgânicas¹⁰ de formação, que são: Escola Chico Mendes¹¹, em Manaus, que abrange os estados da Região Norte; Escola Nordeste, em Recife, que abrange os estados da Região Nordeste; Escola Centro-Oeste, em Goiânia, que abrange os estados da Região Centro-Oeste; Escola Sindical 7 de Outubro¹², em Belo Horizonte, que abrange os estados de MG, ES e RJ; Escola Sindical São Paulo, em São Paulo, que abrange o Estado de São Paulo; e Escola Sindical Sul, em Florianópolis, que abrange os estados da Região Sul.

Os formadores da Rede localizam-se nessas escolas, mas também nos órgãos responsáveis pela Política de Formação dos sindicatos, federações e confederações cutistas e das CUTs estaduais.

⁹ A estrutura vertical do sindicalismo representa a organização dos trabalhadores de uma única categoria, ou de um setor da economia, em sindicatos, federações e confederações. A estrutura horizontal significa a organização dos trabalhadores de todas as categorias num só órgão de classe, no caso as CUT's estaduais e a CUT nacional.

¹⁰ As escolas orgânicas estão vinculadas à CUT nos seus aspectos administrativo e financeiro, na composição da direção e nas prioridades a serem trabalhadas. Há outras instituições com as quais a CUT estabelece parcerias, por meio de convênios, para desenvolver atividades de formação, e que não são orgânicas à Central.

¹¹ Em homenagem a Francisco Alves Mendes Filho, seringueiro e líder sindical da CUT, que foi brutalmente assassinado no quintal de sua casa, a mando do fazendeiro Darly Alves, no município de Xapuri – AC, no dia 22 de dezembro de 1988.

¹² Em homenagem aos trabalhadores metalúrgicos de Ipatinga (MG), que foram assassinados durante uma greve em 7 de outubro de 1968, episódio que ficou conhecido como “O Massacre de Ipatinga”.

As **instâncias de decisão e gestão** da PNF são os Coletivos e Encontros de âmbito regional e nacional. No âmbito nacional, há o Encontro Nacional de Formação (Enafor) e o Coletivo Nacional de Formação (Conafor). O primeiro tem um caráter deliberativo e se reúne anualmente, quando se faz uma avaliação das estratégias e das atividades desenvolvidas ao longo do ano e se planeja o rumo a ser tomado no período que está por vir, tanto em relação a questões mais estratégicas e de longo prazo, quanto em aspectos mais específicos e imediatos, como, por exemplo, o plano de trabalho do ano seguinte.

Deste fórum participam, entre outros, a Diretoria Executiva Nacional da CUT, a equipe da SNF, os (as) vinte e sete secretários (as) estaduais de formação, representantes das escolas orgânicas e os (as) secretários (as) de formação das confederações e federações nacionais filiadas à CUT. O segundo, tem um caráter de gestão das deliberações do Enafor e pode se reunir mais de uma vez ao ano. Dele participam a Diretoria Executiva Nacional da CUT, a SNF, representantes das secretarias estaduais de formação – SEF, os coordenadores das escolas e os (as) secretários (as) de formação das confederações filiadas à CUT.

3 PAULO FREIRE E A PNF-CUT

3.1 O momento pré-CUT

A história de criação da CUT nos remete ao final dos anos setenta, quando da eclosão do chamado “Novo Sindicalismo”.

O regime militar imperante no país desenvolvia a sua estratégia de abertura política lenta, gradual e segura, sem que isso significasse a incorporação dos trabalhadores nas grandes decisões relativas aos rumos da nação. A esquerda tradicional havia sido derrotada política e militarmente no início dos anos 1970 pela truculência da ditadura e a maioria dos seus quadros encontrava-se no exílio e nas prisões. No entanto, surgiam, nos grandes centros urbanos e em pólos de concentração de trabalhadores, vários movimentos sociais que lutavam contra o arrocho salarial, contra a carestia de vida e por liberdades democráticas.

Estes movimentos tinham forte influência da Igreja Católica progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEB – que se inspiravam na Teologia da Libertação; de “grupos de militantes desgarrados, dispersados com a desarticulação das organizações de

esquerda” que, no dizer de Éder Sader (1988)¹³, “[...] iam buscar novas formas de ‘ligação com o povo’, alternativas ao vanguardismo derrotado[...]” e lideranças sindicais que surgiam em vários pontos do país preconizando um sindicalismo radicalmente distinto daquele praticado desde 1964 pelos chamados “pelegos”, que eram uma espécie de extensão, na área sindical, do regime autoritário vigente. Essas lideranças sindicais se autodenominavam “combativos”, pois tinham posições antagônicas às políticas dos governos da Ditadura Militar e se encontravam nas oposições sindicais ou, em raríssimas exceções, nas diretorias de alguns poucos sindicatos. À medida que esses sindicalistas se articulam e começam a construir pontos de identidade na sua concepção e prática sindical, passam a constituir o denominado “novo sindicalismo”. De acordo com Rodrigues (1997, p. 87)¹⁴ “é essa união entre católicos¹⁵, esquerda e sindicalistas que aproximará os dois grupos responsáveis pela reinserção dos trabalhadores na esfera pública: os sindicalistas de São Bernardo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A confluência daquelas três correntes (e também suas tensões) desembocará na organização da Central Única dos Trabalhadores, a CUT”.

Esta central sindical foi fundada à revelia das leis da época, uma vez que o regime de exceção vigente proibia a criação de organismos intersindicais. No congresso de sua fundação, a CUT aprovou o seu estatuto, onde se define como “uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado” (CUT, 1984).

¹³ Em *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, pág. 167, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

¹⁴ Obra já citada.

¹⁵ A Igreja Progressista, sobretudo após as Conferências Episcopais Latinoamericanas - CELAM – de Medellín (1968) e Puebla (1979), quando faz a “opção preferencial pelos pobres”, e com o advento da Teologia da Libertação, rompe com a barreira imposta pelo ateísmo comunista e se aproxima do ideário marxista, tendo-o como referência para explicar a sociedade capitalista e a exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes, por meio da mais valia. Essa aproximação se dará em inúmeros trabalhos de educação popular, de formação sindical e na construção da CUT e do Partido dos Trabalhadores.

3.2 Auscultando as aspirações da “base”

É interessante notar que no período que precede a criação da CUT há um movimento simultâneo das três correntes constitutivas tanto da Central quanto do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, em direção às chamadas “bases”, na busca de captar os seus anseios e transformá-los em motor da luta social, por meio de novas práticas sociais, principalmente da “educação popular”.

O trabalho de formação no campo da Igreja, segundo Cláudio Nascimento se dava “[...] sobretudo nas pastorais: Comissão Pastoral da Terra – CPT (1973), Comissão Indigenista Missionária – CIMI (1975) e Comissão Pastoral Operária – CPO (1978), articuladas com os Centros de Educação Popular.” A igreja, que já possuía uma larga tradição de “educação popular”, intensifica este trabalho, influenciada pela Teologia da Libertação, a partir da II Conferência Episcopal Latinoamericana de Medellín (1968) onde fazia a sua “opção preferencial pelos pobres”. Sader (1988) afirma que na cidade de São Paulo no “[...] ano de 1971 constituíam-se equipes de ‘educação popular’ na periferia sul, para promover a alfabetização segundo o método Paulo Freire, proibido pelo regime militar.” E assim, se multiplicaram pelo país experiências de “educação popular” a partir da realidade concreta das pessoas em seus locais de trabalho e de moradia. Buscou-se um processo de conscientização a partir de lutas por saúde, saneamento básico, moradia, transporte, educação e outras questões que atingiam o cotidiano nos bairros e especificidades relativas às condições de trabalho e salários no interior das empresas.

No campo das esquerdas, que se encontravam estilhaçadas, havia um processo de profunda reflexão e autocrítica na busca de se compreender os motivos da derrota recentemente sofrida. E um dos aspectos presentes era o distanciamento que as organizações guardavam das massas populares. Era a constatação de que a matriz marxista, por mais correta que pudesse estar na sua lógica discursiva, por si só não garantia a adesão do povo pobre e excluído às suas ideias revolucionárias. Tornava-se necessária uma nova prática político-social que fosse elemento de intermediação para a aproximação dos militantes com o povo explorado e sofrido. Muitos desses militantes inspirados pelo pensador e político italiano Antonio Gramsci e suas ideias sobre cultura popular, vislumbravam uma nova perspectiva de atuação política que os inserisse no seio da população. “Mas o fato[...]”, nos diz Sader (1988), “[...] é que, nessa ‘ida ao povo’, buscando ajudar num processo de fazer despertar a ‘consciência crítica’, o método

Paulo Freire esteve mais presente que os escritos de Gramsci, ‘Que fazer?’, de Lenin, os livrinhos de Mao ou o ‘Revolução na revolução’, de Debray, de meteórica carreira. De um lado porque um meio dominante de ‘ligar-se ao povo’ foi através de processos educativos, a começar pela alfabetização”[...] “de outro lado porque através do método Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e social dos educandos. Afinal, deixando-se de lado as polêmicas filosóficas, os militantes encontravam orientações educacionais que não estavam muito distantes das formulações de Gramsci” E, sobre esta questão o autor conclui: “Não pretendo dizer com isso que a ‘educação popular’ tenha sido em todas as partes a forma dominante da ‘nova relação’ da esquerda com seu público, mas creio que ela deu o paradigma”

No sindicalismo, os precursores do que viria a ser o “novo sindicalismo” também faziam um movimento de “ida às bases”, pelas próprias características desta concepção que sempre defendeu a consulta às bases – de onde extraíam a sua pujança de sindicalismo emergente – como método de ação sindical que representasse as verdadeiras aspirações dos trabalhadores. Esta visão foi de tal modo marcante naquele momento que se transformou numa forte palavra de ordem - A CUT é pela base - no processo de criação da Central e mais tarde viria a batizar uma das suas correntes internas, a CUT Pela Base. Além de caracterizar a ação sindical daquele momento, por meio de assembleias, passeatas, atos públicos, greves, operações tartaruga, entre outras, essa maneira de pensar e fazer sindicalismo vai influenciar fortemente as atividades de formação sindical que se desenvolviam então.

“De 1975 a 1979”, de acordo com Sílvia Manfredi (1996) “despontam no interior do movimento sindical, algumas iniciativas formativas de entidades sindicais planejadas em função de suas demandas e necessidades”.

Ainda segundo Manfredi (1996), “[...] o movimento de rearticulação e renovação do movimento sindical brasileiro, iniciado com as greves de 78/79, inaugurou um outro padrão no modo de conceber e fazer a educação em entidades sindicais”.

Foi marcante o papel da “educação popular” naquele momento de resistência à ditadura, onde os partidos políticos de esquerda estavam proscritos, a liberdade de imprensa estava cerceada, o sindicalismo combativo que emergia era vigiado de perto pela repressão e muitos quadros que se opuseram ao regime ainda amargavam a prisão e o exílio. Ela certamente não foi o único elemento constitutivo da ascensão do papel dos trabalhadores no processo de redemocratização do Brasil, mas inegavelmente deu uma contribuição inestimável para a

ruptura com antigas práticas políticas e o redirecionamento no *pensar e fazer* movimentos sociais em nosso país. “É em um contexto, assim marcado por esse movimento de reelaboração discursiva, que faz aflorar uma **dimensão pedagógica da política** (o grifo é meu)” (Pontual, 1996) ¹⁶, e enquanto um “momento *estratégico* (porque passa a ser constitutivo da estratégia política e porque assume nela um lugar estratégico), em que ocorre uma redescoberta de Paulo Freire e de seu método pedagógico[...]” (VERAS, 2002).

Para Maria Clara Bueno Fischer (2000) ¹⁷ “Marxistas e católicos trabalhando juntos nesses centros (de educação popular) encontraram em Gramsci e em Paulo Freire referenciais teóricos importantes para explicar a realidade e construir estratégias de engajamento social da base, em que o educativo tinha um lugar privilegiado. ‘Educar-organizar-agir’ formaram um trinômio essencial de qualquer estratégia política e educativa num contexto de reorganização de entidades representativas dos trabalhadores e outros setores das classes populares”.

3.3 Paulo Freire e a concepção metodológica de formação da CUT

Infelizmente, a academia ainda não pesquisou suficientemente esta riquíssima experiência de educação não formal e que se trata de uma política de abrangência nacional e bem estruturada em seus vários elementos. Há, no entanto, uma série de publicações da própria PNF e algumas outras sobre ela, que nos oferecem uma boa visão sobre o trabalho desenvolvido.

Uma leitura dos documentos e publicações da PNF nos mostra o quanto é sensível a preocupação desta política da CUT com a construção de um projeto político-pedagógico que seja coerente com o projeto político-sindical da Central.

Desde o primeiro Plano de Trabalho da SNF, de 1987, já ficava evidente uma preocupação não apenas com os conteúdos a serem trabalhados, mas também a maneira como os mesmos deveriam ser abordados. Este documento afirma que “A metodologia de Formação da CUT deve ser tratada como elemento essencial do processo de formação. A metodologia de

¹⁶ Alguns autores têm trabalhado acerca da dimensão pedagógica que há na ação política. Sobre este tema vale a pena ler a dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP, em 1996, por Pedro Pontual: *Desafios Pedagógicos na Construção de uma Relação de Parceria entre Movimentos Populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na Gestão Luiza Erundina. A experiência do MOVA-SP, 1989-1992.*

¹⁷ No artigo *Caminhos da Construção da Formação de Formadores*, publicado no livro *Formação de Formadores para a Educação Profissional - a experiência da CUT 1998/1999*, pág. 67, Rocha Gráfica Editora, Florianópolis, 2000.

formação para os trabalhadores parte do princípio que a teoria nasce da prática (atual e acumulada ao longo da história das lutas, a nível nacional e internacional), devendo ser usada, portanto, como ferramenta de análise. A metodologia deve se orientar por uma linha onde os participantes são sujeitos do processo, desenvolvendo o raciocínio, permitindo o aprendizado coletivo das experiências, envolvendo o processo de criação e recriação do conhecimento (a prática resulta numa teoria, que é aplicada a uma nova prática)” e previa dentre as atividades a serem desenvolvidas naquele ano, cursos de formação de monitores¹⁸.

Para Roberto Veras (2002):

[...] a *questão metodológica* se impôs na experiência de formação sindical cutista, imprimindo-lhe uma marca *fundante, estruturante*. Mais do que isso, sua emergência está na base mesma do surgimento do ‘novo sindicalismo’. Nesse sentido, é anterior à própria CUT e à PNF. Queremos dizer com isso que a *questão metodológica*, do modo como se colocou na experiência sindical cutista, é um fenômeno especial na história do sindicalismo e da formação sindical no país. Portanto, não é algo inerente, constitutiva por si só, da ideia de formação sindical. É uma invenção histórico - sócio - política. Um momento fundante de uma experiência social.

E onde a PNF foi buscar inspiração para o seu projeto político-pedagógico?

São possíveis vários olhares sobre esta questão. O primeiro Plano Anual de Trabalho da SNF, diz em sua apresentação que “A CUT não possui experiência acumulada de formação, e neste trabalho inicial em 1987, espera partir efetivamente da contribuição de um conjunto de entidades, organizações e sindicatos que se preocupam diretamente com a capacitação dos trabalhadores[...]”.

No final do mesmo ano, a SNF promoveu um seminário em conjunto com várias entidades que realizavam atividades de educação popular e sindical. O objetivo do mesmo era o intercâmbio de experiências para o fortalecimento da PNF-CUT, uma vez que “o trabalho de formação exige o concurso de todos os setores e entidades comprometidos com esta tarefa sindical histórica”.¹⁹ Uma das propostas do seminário foi a de se realizar, no ano seguinte, um seminário nacional, que tivesse “como questão central a discussão e o aprofundamento sobre

¹⁸ No início da construção da PNF se utilizava esta denominação para caracterizar os educadores em geral. Em seguida passou-se a utilizar esta nomenclatura para identificar os educadores que somente atuavam em sala de aula e a chamar de *formadores* aqueles que além de atuar em sala de aula, também tinham a missão de elaborar estratégias e programas de formação. Hoje todos são denominados *formadores*.

¹⁹ No relatório do Seminário Nacional sobre Concepção e Prática Sindical e Experiências de Formação Sindical, p. 3, publicado pela Fase em 1987.

metodologia”. Ainda no final de 1987, a SNF publicou o texto “Metodologia”, que lançava para o debate algumas linhas genéricas do que seria a base de uma Concepção Metodológica Dialética de formação sindical da CUT.

Em 1988, um dos eixos prioritários do Plano de Trabalho da SNF passa a ser o Desenvolvimento de uma Linha Metodológica de Formação da CUT e são oferecidos cursos de formação de formadores, em convênio com o Instituto Cajamar. No início de 1989, realiza-se o I Seminário Nacional de Metodologia, promovido pela SNF. Vários educadores populares como, por exemplo, Marcos Arruda, Frei Betto e Pedro Pontual, são convidados a expor suas ideias sobre o tema. O registro do seminário foi feito através do primeiro número da revista *Forma e Conteúdo*, publicado pela SNF em fevereiro de 1990.

Neste número da revista, o editorial assinado pelo então secretário nacional de formação, Jorge Lorenzetti, ao fazer um balanço de três anos de implantação da PNF, esclarece que “Fomos beber de outras fontes, sobretudo das experiências acumuladas pelo movimento popular, seja de outros países da América Latina, seja do Brasil durante a resistência à ditadura militar, tendo em Paulo Freire um manancial inesgotável. Buscamos a aproximação com várias entidades de apoio e nos abrimos à troca de informações e experiências para todo o Brasil”.

Esta afirmação é reiterada em outra publicação da SNF, para quem “A metodologia aplicada pela formação da CUT foi fortemente influenciada pelas diversas experiências desenvolvidas por ONGs e Centros de Assessoria, no campo da chamada educação popular. A chamada ‘pedagogia do oprimido’ do educador Paulo Freire [...]” “[...] e a sua proposta de uma educação libertadora e transformadora [...]” “[...] sempre foi uma forte referência para o desenvolvimento da proposta metodológica praticada pela CUT”.

Desde o início da estruturação da PNF, os aspectos relacionados com a concepção metodológica de formação sindical a ser desenvolvida pela CUT, tiveram um papel de destaque no seu interior. Sempre se buscou uma forma alternativa de processo educativo, que fosse distinta do que Paulo Freire chamou de “educação bancária”. Vários documentos publicados no interior da PNF dizem da busca de uma concepção metodológica de formação sindical que desse “uma consciência crítica ao trabalhador”, por meio de um “processo de construção coletiva do conhecimento”, onde “o saber do educando deve ser respeitado e valorizado pelo educador”. Ao longo desses anos têm sido desenvolvidas várias atividades (cursos, seminários, debates) e publicações a respeito do tema pelos diversos componentes da Rede Nacional de Formação, sobretudo pelas escolas orgânicas, citadas anteriormente.

A concepção metodológica de formação levada à prática pela PNF-CUT, certamente recebeu influências de outras concepções já existentes e de experiências consolidadas de educação popular, tanto no Brasil quanto em outros países. Essas referências trouxeram para o caldeirão da prática pedagógica da CUT pitadas de seu tempero com prováveis identidades e também pontos divergentes.

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, pontua que “A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência *intencionada* do mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo” (p. 95-6). Essa concepção de se ter nas relações sociais e na prática social a referência para o processo educativo, marca muito a PNF e percebe-se aí grande influência dos textos de Oscar Jara, publicados pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae - CEPIS, acerca da Concepção Metodológica Dialética, que tem três princípios básicos: 1) A prática social é a fonte dos conhecimentos; 2) A teoria está em função do conhecimento científico da prática e serve como guia para a ação transformadora; e 3) A prática social é o critério da verdade e o fim último de todo o processo de conhecimento.

Na revista *Forma e Conteúdo* (1990), Frei Betto alerta para alguns riscos da relação teoria / prática no processo educativo. O primeiro deles seria a formação que **substitui** a ação, encerrando em si o centro do processo. O segundo risco apontado seria o da formação **para** a ação, que acredita que a teoria conduz automaticamente à prática social. O autor sugere que deve se buscar a formação **na** ação, pois que “o momento da teoria não é o da celebração da prática, mas da correção da prática, e para ser correção tem que ser autocrítica e democrática”. Para Pedro Pontual, “Outro elemento nesta reflexão é a importância da recuperação das tradições históricas e dos valores culturais dos grupos de trabalhadores” (*Forma e Conteúdo*, 1990). Marcos Arruda chama a atenção para a integralidade²⁰ do ser humano no processo educativo, pois “o trabalhador aprende principalmente através do corpo, o qual abre um espaço para todo o resto do ser que é o trabalhador seguir aprendendo [...]. É preciso que o trabalhador

²⁰ Neologismo, ao qual o autor dá o sentido aproximado de *totalidade* do ser humano, e que foi trabalhado em alguns textos como, por exemplo, *Metodologia da Práxis e Formação dos Trabalhadores*, Pries – Cono Sur, Rio de Janeiro, julho de 1988. Este termo, hoje, é bastante utilizado na PNF – CUT e outras experiências de educação popular.

descubra que é várias coisas ao mesmo tempo: que é corpo, mas também uma série de outras dimensões, as quais devem fazer parte da nossa pesquisa para elaborar os programas de formação que visem a integralidade do trabalhador” (FORMA E CONTEÚDO, 1990).

No processo de Avaliação Externa da Política de Formação da CUT, já citado, um dos aspectos analisados foi a concepção metodológica da formação cutista. Em relação a este aspecto a Comissão de Avaliação concluiu que “[...] são os seguintes os princípios básicos da concepção metodológica cutista: reconhecimento e aproveitamento da experiência dos participantes e de seu contexto social; construção coletiva do conhecimento e consequente superação da tradicional hierarquia do saber; interação teoria / prática; afinidade com a concepção cutista de sociedade”. A mesma comissão levanta uma interessante questão para ser investigada: a necessidade de se esclarecer “se a concepção metodológica cutista constitui-se em uma posição original, com princípios próprios, ou se ela é uma aplicação de princípios gerais de educação popular”. E, na parte de recomendações daquele trabalho, sugere que “Deve-se realizar a sistematização e fundamentação de sua [da PNF] proposta metodológica”.

No livro *Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT*, resultante desse processo de avaliação externa, Luiz Eduardo Wanderley²¹ analisando um texto sobre “Concepção de Educação e Concepção Metodológica” publicado na revista *Forma e Conteúdo*, número 6, de maio de 1994, assinala que “Podem-se sinalizar [...] categorias analíticas da matriz marxista²², do método de conscientização de Paulo Freire e do método da ‘formação na ação’ gestado pela Ação Católica Especializada nos anos 50-60 e reelaborado pelas CEBs e pastorais

²¹ Que atuou no projeto homônimo, já citado, como consultor especialista em Educação Popular.

²² A matriz marxista foi levada a cabo, sobretudo, pelos grupos clandestinos de esquerda, muitos remanescentes da luta armada, que realizavam um trabalho de formação de quadros, de maneira muito restrita, em razão da repressão política que existia no país. Faziam uma análise crítica do capitalismo e da maneira de reprodução do capital, por meio da extração da mais-valia do trabalho assalariado. Propunham a propriedade coletiva dos meios de produção, o comunismo, como modelo de sociedade, sendo o socialismo uma etapa intermediária. Para se atingir essa etapa deveria ser realizada a revolução proletária, uma vez que essa era a classe revolucionária, e implantada a ditadura do proletariado. Para isso, era necessário formar a vanguarda operária. Originalmente esta matriz trabalhava com uma concepção determinista, fatalista, da história: o socialismo é inevitável. Daí derivou uma concepção pedagógica com traços mecanicistas e dogmáticos, onde o conhecimento já estava dado. Era só reproduzi-lo. No entanto, foi uma importante corrente de pensamento, e com a vertente que segue o pensador italiano Antonio Gramsci, ela vai se aproximar mais da realidade concreta das populações marginalizadas. Também da sua aproximação com o cristianismo, na Teologia da Libertação, produz-se um profundo mergulho no interior dos movimentos sociais e uma prática pedagógica muito fértil. O próprio Paulo Freire sempre se definiu como cristão e marxista. Remanescentes desta corrente de pensamento vão influenciar significativamente nas concepções político-ideológicas da CUT e do Partido dos Trabalhadores – PT.

populares no método denominado Ver-Julgar-Agir²³. Somente o uso de instrumentos mais finos de avaliação institucional permitirá aferir se esta metodologia continua fragmentada ou caminha no sentido de uma configuração mais unitária”.

Para Manfredi são três as grandes matrizes que “balizaram a construção do ideário, dos projetos e das práticas pedagógicas no campo do chamado ‘novo sindicalismo’ [...] “a matriz marxista, aquela emanada da chamada educação popular e, por último, a matriz da pedagogia freiriana”. Em outro documento²⁴ da SNF, que aborda o resultado de vários trabalhos de grupos constitutivos de um evento nacional de grande importância para a PNF, no tocante à questão metodológica sugere, entre outras, que “é necessário aprofundar a discussão das diferentes matrizes existentes da PNF (marxistas, freirianas, sindical, educação popular), para que possamos dar um salto qualitativo na concepção metodológica [...]”.

As influências são muitas, as matrizes constitutivas são diversas e ainda há um trabalho significativo a ser feito que possa contribuir para se identificar os princípios pedagógicos que alicerçam o discurso e a prática formativa da PNF, pois se percebe que há uma grande lacuna no que concerne à conceituação da concepção metodológica que embasa o desenvolvimento das atividades de formação da PNF, bem como da sistematização da prática pedagógica nelas contidas. Este aspecto já havia sido detectado pelo grupo de pesquisadores que realizou a avaliação externa da PNF e que nas conclusões²⁵ do seu trabalho diagnosticaram que há “limitações de caráter conceitual e operacional, além de referências difusas à pedagogia transformadora, demandando assim a sistematização das experiências e a realização de pesquisas relacionadas com as abordagens comumente empregadas nos estudos sobre Educação Popular”.

No entanto, há um ponto de grande confluência em todas as análises até aqui realizadas sobre a concepção metodológica da PNF: é inegável que as ideias do educador Paulo Freire deram uma grande contribuição para a construção dos pilares político-pedagógicos que a

²³ Método de educação e ação, utilizado pela igreja católica nas décadas de 50 e 60 e que pressupunha esses três momentos. O “ver” significa fazer um levantamento dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na sua vida cotidiana para que sejam analisados, e as suas causas compreendidas. O “julgar” compreende um segundo nível de reflexão, onde se irá fazer uma apreciação de valores desses problemas a partir de um referencial teológico. E no “agir” é onde se levantam propostas, formas de intervenção e encaminhamentos concretos de ações a serem implementadas para resolvê-los

²⁴ Conclusões Finais dos Trabalhos de Grupos da I Conferência da Política Nacional de Formação da CUT, mimeo, Belo Horizonte, novembro de 1999.

²⁵ Obra já citada, p. 213.

sustentam. O próprio livro sobre a Avaliação Externa da PNF, já citado, é dedicado “[...] ao grande e saudoso educador Paulo Freire, que muito influenciou na concepção metodológica de educação da Política Nacional de Formação da CUT”.

Portanto, a pesquisa que desenvolvi nos anos de 1999 e 2000, no meu curso de mestrado, somada à minha experiência como educador e assessor da PNF durante nove anos, busca localizar e resgatar algumas *ideias-força* presentes nas identidades entre o pensamento freireano e a concepção metodológica de formação implantada pela PNF-CUT. Este trabalho se deu de maneira a captar os pontos de identidade entre a obra de Freire e o que professam os documentos da PNF e os depoimentos de seus formadores, dirigentes e assessores. Essas *ideias-força* deverão ser assunto de um próximo artigo, uma vez que não caberiam aqui nesse espaço.

4 CONCLUSÃO

Minha pesquisa me faz crer de forma inequívoca que há uma grande influência e identidade entre a obra de Paulo Freire e a Política Nacional de Formação da CUT. Desde a concepção de mundo, onde a Educação é vista como instrumento de libertação, até a construção coletiva do conhecimento, passando pela práxis e pela relação dialógica entre educador e educando. A paridade de conceitos se estende por outras ideias-força. Dá para afirmar também que o pensamento freireano influenciou até mesmo no processo de construção da CUT, uma vez que as três vertentes sociais que afluíram para a criação da Central, tiveram no trabalho de base a sua pedra angular. E esse trabalho se engendrou muito a partir da visão educativa do Pedagogo da Autonomia.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.
- ARRUDA, Marcos. Metodologia da Práxis. **Textos de Educação Popular**, nº 04, Pries – Cono Sur, Rio de Janeiro, julho de 1988.
- BETTO, Frei. A Formação que Interessa à Classe trabalhadora. **Forma e Conteúdo**, 1990.
- BETTO, Frei. A produção do conhecimento. **Forma e Conteúdo**, n.1, 1990.
- BETTO, Frei. A relação dialética entre formação e projeto político. **Forma e conteúdo**, 1990.



BOITO JUNIORR., Armando (Org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense. 1984. (Coleção Primeiros Vãos).

CUT Nacional. A Formação em Movimento – Formação de Formadores: a Prática Metodológica da CUT. **Caderno publicado pela Cut**, São Paulo, outubro de 2000.

CUT Nacional. **Avaliação externa da política nacional de formação da Cut**. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

CUT Nacional. **Forma e Conteúdo**, números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Revista publicada pela Secretaria Nacional de Formação da CUT, São Paulo, fevereiro de 1990 a agosto de 2000.

CUT Nacional. **Planos Nacionais de Formação** de 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999. Publicações da Secretaria Nacional de Formação da CUT.

CUT. **I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora**. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1984. p.178.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2. ed. Portugal: Afrontamento, 1975.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 3. ed. São Paula: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOMES, Jeter. Paulo Freire e a Política Nacional de Formação da Cut. *In: Paulo Freire e a Formação de Educadores: Múltiplos Olhares*. Editora Articulação Universidade / Escola, São Paulo, 2000.

JARA, Oscar. **Concepção dialética da educação popular**. São Paulo: Cepis, 1985. (Texto de Apoio nº 2)



MANFREDI, Sílvia Maria. A "**Formação de Formadores**" nas Escolas Sindicais da CUT (um esboço inicial de sistematização). São Paulo, abril de 1996. Mimeo.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

NASCIMENTO, Cláudio. Formação da Formação Sindical da Cut. **Forma e Conteúdo**, n.6, maio, 1994.

Política Nacional de Formação: história, princípios, concepção e organização nacional. **SNF-Cut**, ago. 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política**: a trajetória da Cut. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Cut**: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VERAS, Roberto. **O fio da meada por um fio**: a questão metodológica e a formação sindical cutista: origens e perspectivas, 2002.